



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 03

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
21 de Junho de 2025



Assembleia Municipal

ACTA N.º 3

-----Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Tyoga Macdonald, Érica Geraldês Castanheira, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Áurea Dória Vila Nova em substituição de Maria José, Raul Agostinho Simões Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês Almeida Sousa Borges, Mário Jorge Sousa Henriques, Vítor Manuel Lopes Fernandes Almeida, José Miguel Duarte Marques, Margarida Teresa Gonçalves de Abranches Freire de Figueiredo, Ricardo Manuel do Amaral Pereira, José da Conceição Luis em substituição de José Miguel Nunes e Bruno Alexandre Afonso Costa.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Pedro Alexandre Pinto Alves; Tesoureiro da Junta de Freguesia da Benfeita, Ricardo Alexandre Augusto Costa; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Paulo Jorge Marques Carneiro; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Secretária da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Ana Margarida Fernandes Marques; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Tesoureira da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, Isabel Maria da Veiga Guarda; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro e Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias e Miguel Pinheiro.-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Primeiro Secretário, senhora deputada **Érica Castanheira**, para referir que “recebemos, de Bandeiras Globo, Comércio de Bandeiras, Lda, envio de informação para apresentação da empresa; de Manuel Ferreira Ramos – ANAM/ANAFRE/CVEL/Valor Global, envio de informação sobre realização de Sessão de Valorização acerca de Contratação Pública; de UCP-CESOP, divulgação de Seminário Anual para o Desenvolvimento Sustentável; da Fundação Calouste Gulbenkian, convite para participação no evento Invocações Democráticas em Portugal”.-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Tyoga Macdonald, José Miguel Nunes, Rita Marques, Ana Maria Santos, Luis Miguel Almeida, Maria José Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita e Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

-----Faltaram também a senhora deputada Dora Lemos, os senhores deputados Luis Miguel Fontinha, Miguel Dias, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão e o Senhor Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, não tendo apresentado pedido de justificação da falta.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “mais uma vez temos o dever de propor um voto de pesar pelo falecimento de um arganilense que ao longo dos anos se destacou no serviço ao bem comum e no serviço à causa pública. Faleceu o senhor António Pereira Pinheiro que ao longo dos anos se destacou como um exemplo de altruísmo, profissionalismo e liderança dos Bombeiros de Arganil como segundo comandante. Mesmo depois de passar ao quadro de honra, manteve a sua disponibilidade para apoiar e servir sempre que tal se justificasse. Um exemplo de responsabilidade e de dedicação ao serviço público. Paralelamente exerceu funções como funcionário da Câmara Municipal de Arganil, onde também deu um contributo sério e responsável. À família e aos Bombeiros de Arganil apresentamos as nossas sentidas condolências por um grande amigo e colaborador nos ter deixado, mas que marcou bem, bem viva, a sua passagem pela nossa comunidade. Desta proposta será depois extraída certidão e enviada à família e aos bombeiros. A seguir peço um minuto de silêncio em sua memória. Muito obrigado.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou exarar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor António Pereira Pinheiro e guardou um minuto de silêncio em sua memória.--



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “tal como venho fazendo desde Junho de 2023 — ou seja, há já dois anos — volto hoje a trazer à atenção desta Assembleia a situação da ETAR da Relvinha. Faço-o com plena consciência da gravidade do problema e do impacto que continua a ter na saúde pública e na qualidade de vida da população. Segundo o que foi anteriormente transmitido pelo Senhor Presidente nesta Assembleia, encontra-se actualmente em curso um apoio externo à exploração da ETAR, por parte de uma empresa especializada, e os resultados terão, alegadamente, melhorado de forma significativa. Nesse sentido, gostaria de colocar três questões objectivas:-----

- 1 - A situação está, neste momento, definitivamente resolvida?-----
- 2 - Pode o Senhor Presidente facultar os resultados dos testes e análises realizadas, para que esta Assembleia possa confirmar a evolução referida?-----
- 3 - Este apoio externo à operação da ETAR é uma solução definitiva ou apenas uma medida transitória? A resolução plena da situação exige, ou não, **intervenções de fundo e requalificação estrutural** na ETAR da Relvinha?-----

-----A população merece respostas claras. A transparência neste processo é essencial, não só para restaurar a confiança das pessoas, mas também para garantir que este problema é resolvido de forma sustentável e definitiva.-----

-----É com esse objectivo que volto a trazer este tema. E espero, por isso, respostas objectivas e um compromisso claro da parte do Executivo.-----

-----Em Fevereiro deste ano, questionei o Senhor Presidente da Câmara sobre a situação da saúde no nosso concelho, em particular sobre a falta de médicos de família. Nessa ocasião, foi-me dito que a situação estava “normalizada”.-----

-----Contudo, esta semana, numa entrevista concedida a um órgão de comunicação social, o Senhor Presidente afirmou que faltam, neste momento, dois médicos de família em Arganil.-----

-----A realidade, infelizmente, é bem mais grave do que essa aparente contradição revela: a situação da saúde no concelho de Arganil é, de facto, dramática. Muitos municípios continuam sem médico de família. E mesmo aqueles que o têm, enfrentam esperas de meses – nalguns casos anos – para conseguir uma simples consulta. Em muitos casos, pura e simplesmente não há consulta. A população sente-se abandonada.-----

-----Há cidadãos com doenças crónicas ou situações graves que necessitam de acompanhamento regular e que, sem alternativa no sistema público, são forçados a recorrer a clínicas e hospitais privados – quando têm capacidade económica para isso. Os que não têm, ficam à mercê da sorte e da resistência do seu estado de saúde.-----

-----É verdade que a responsabilidade primária da política de saúde cabe ao Ministério da Saúde. No entanto, quando o Estado Central falha, é dever do poder local agir e encontrar soluções para os problemas das pessoas. É para isso que existe o poder autárquico: para estar ao lado da população e responder às suas necessidades mais urgentes. E não há prioridade maior do que a saúde.-----



Assembleia Municipal

-----O que pode, então, fazer a Câmara Municipal?-----
-----Desde logo, deve exercer pressão constante e determinada sobre o Ministério da Saúde para que sejam colocados mais médicos no concelho.-----
-----Mas pode – e deve – ir mais longe. Pode criar mecanismos de incentivo à fixação de médicos em Arganil, como já é feito noutros concelhos do país.-----
-----Falo, por exemplo, de:-----
---Incentivos financeiros directos;-----
---Apoios à instalação e fixação familiar;-----
---Benefícios fiscais e isenções municipais;-----
---Melhoria das condições de acolhimento e integração destes profissionais e das suas famílias;-----
---**E, de forma proactiva, contactar directamente as universidades de medicina para identificar os médicos recém-formados e apresentar-lhes propostas concretas para iniciarem a sua carreira em Arganil.**-----
-----É fundamental saber: **Que medidas concretas já foram tomadas por este Executivo para resolver esta crise?** E que novas ações estão previstas?-----
-----É certo que a construção do novo Centro de Saúde é uma boa notícia para o concelho. Mas sejamos claros: **infra-estruturas sem médicos não resolvem o problema.** O que falta, neste momento, não são paredes ou equipamentos – são pessoas. São médicos!-----
-----Gostaria de abordar a situação das obras na Escola Secundária de Arganil e, para isso, dirigir uma pergunta ao Senhor Vereador Luís Almeida.-----
-----Sabemos que os trabalhos se encontram “parcialmente” suspensos. Assim, pergunto:-----
---Qual é o ponto de situação actual relativamente a essa suspensão?-----
---O estudo geotécnico já foi concluído e entregue ao projectista — há já uma previsão para a análise das eventuais alterações ao projecto? Em caso de necessidade de alterações, qual será o impacto financeiro previsto?-----
---E, muito importante: **quem irá suportar esses custos adicionais?**
-----Esta é uma obra fundamental para o futuro da nossa juventude e da educação no concelho. Por isso, é essencial garantir total transparência neste processo e que os trabalhos possam ser retomados com celeridade, segurança e responsabilidade.--
-----De acordo com a informação de que dispomos, o sistema AVAC — aquecimento, ventilação e ar condicionado — da Escola EB1 de Arganil **nunca chegou a funcionar correctamente**, tratando-se, ao que tudo indica, de um **problema estrutural do edifício**, que permanece **sem solução alternativa até hoje.**-----
-----Os encarregados de educação têm manifestado, repetidamente e com toda a razão, o seu desagrado face a esta situação. As crianças continuam, ano após ano, **sem aquecimento no inverno e sem arrefecimento no verão**, o que compromete gravemente o conforto e as condições de aprendizagem nas salas de aula.-----



Assembleia Municipal

-----Por isso, gostaria de dirigir ao Senhor Vereador Luís Almeida as seguintes questões:-----

---1 - Tem conhecimento desta situação?-----

---2 - Que diligências foram ou estão a ser tomadas por este Executivo para resolver o problema?-----

---3 - E, mais importante ainda: **para quando está prevista a resolução efectiva desta falha**, que já se arrasta há vários anos?-----

-----Estamos a falar de um **equipamento básico**, essencial para garantir **condições mínimas de bem-estar e dignidade num espaço escolar**. É incompreensível — e inadmissível — que, ao fim de tantos anos, este problema ainda não tenha sido resolvido.-----

-----Gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da requalificação do **Teatro Alves Coelho**.-----

Estava prevista, para o início deste ano, a **actualização do projecto de intervenção no edifício**. Assim, pergunto:-----

---Em que fase se encontra actualmente essa actualização do projecto?-----

---E existe já uma **data prevista para o início efectivo das obras de requalificação**?-----

-----Gostaria de trazer a esta Assembleia uma preocupação que tem vindo a ser manifestada por vários cidadãos relativamente à **possível instalação de um novo parque eólico na zona do alto concelho**.-----

-----Temos conhecimento de que estarão a circular **propostas e contratos por parte de empresas junto das administrações dos baldios**, com vista à cedência de terrenos para este fim. A população está naturalmente preocupada, uma vez que, segundo a informação disponível, os **aerogeradores em causa terão dimensões e níveis sonoros bastante superiores aos existentes na região**.-----

-----Acresce ainda que a maioria dos **estudos sobre os efeitos dos infra-sons causados por turbinas eólicas** se refere a equipamentos com **dimensões significativamente inferiores** às que supostamente se pretendem instalar.

-----Sem entrar em considerações técnicas, quero apenas perguntar ao Senhor Presidente se **tem conhecimento de algum projecto de ampliação ou construção de parque eólico no concelho? E, se sim, onde especificamente?**-----

-----Na última sessão desta Assembleia Municipal, a bancada do Partido Socialista apresentou uma proposta de recomendação para a implementação de um **orçamento participativo**, sem qualquer regulamento imposto, com o objectivo de promover a participação activa dos cidadãos. A proposta foi chumbada com os votos da bancada do PSD.-----

-----Curiosamente, alguns deputados do PSD manifestaram-se favoráveis à ideia em princípio, mas acabaram por votar contra — cada um com as suas justificações.-----

-----Respeito os argumentos, mas não posso deixar de assinalar a incoerência entre o discurso e a prática.-----

-----Por isso, hoje lanço um desafio directo à bancada do PSD:-----



Assembleia Municipal

-----**Na próxima Assembleia Municipal — a última deste mandato — apresentem, vocês, uma proposta de orçamento participativo. Nos moldes que entenderem. Com as regras que julgarem adequadas. Mas façam-na. Tragam-na para que todos possamos discutir, debater e, quem sabe, finalmente aprovar uma iniciativa que aproxima os cidadãos da vida política local.**-----

-----E não só. Tragam também outras propostas que reforcem a ligação entre o poder local e a população:-----

---Reuniões descentralizadas nas freguesias;-----

---Transmissão online das reuniões de Câmara;-----

---Mecanismos regulares de auscultação pública;-----

---Medidas que realmente materializem o discurso de proximidade democrática que tantas vezes ouvimos.-----

-----Confesso que fico perplexo: em quatro anos de mandato, **a bancada do PSD não apresentou uma única proposta concreta neste âmbito**. E, no entanto, dizem-se defensores de uma democracia mais próxima, de processos participativos. É caso para perguntar: o que estiveram a fazer durante este tempo?-----

-----Por isso, reforço: **que a próxima Assembleia Municipal não seja apenas o fim de um ciclo, mas também o início de um novo compromisso com a participação cidadã.**-----

-----Aproveito ainda para dirigir uma pergunta objectiva ao Senhor Presidente da Câmara:-----

-----**Vamos ou não, até ao final do mandato, ter transmissões online das reuniões de Câmara?**-----

-----Se há hoje meios técnicos disponíveis — como os que estão aqui a ser utilizados nesta sessão — por que razão essa transparência continua a ser recusada?-----

-----**O que impede, afinal, o Senhor Presidente de dar esse passo simples, mas tão significativo, para uma política mais aberta e acessível?**-----

-----Acredito que os cidadãos esperam mais de todos nós. E espero que, na próxima sessão, este tema esteja de volta — não para ser adiado, mas para ser concretizado.

-----Por fim, gostaria hoje de destacar e aplaudir publicamente o excelente trabalho dos alunos da Escola Secundária de Arganil, que conquistaram o 1.º lugar na fase final do **Eco-Digithon**, realizada em Guimarães, com o projecto “**PR NA ROTA DO OVO DO REI**”, no âmbito do programa Planeta 0.0 / Eco-Escolas.-----

-----Como prémio, esta equipa irá representar o nosso concelho e o nosso país na **9.ª edição do Social Hackathon Umbria**, a realizar-se entre 3 e 6 de Julho, na vila de Spello, em Itália — um feito que muito nos deve orgulhar.-----

-----Este projecto visa criar um **produto turístico sustentável** centrado no cogumelo silvestre *Amanita caesarea*, conhecido como “Ovo do Rei”, valorizando assim os recursos naturais e florestais da nossa região.-----

-----Foi criado o percurso pedestre “**PR NA ROTA DO OVO DO REI**”, que irá abranger as localidades de Arganil, Côja, Folques, Sarzedo e Secarias,



Assembleia Municipal

atravessando zonas especialmente propícias ao crescimento de cogumelos silvestres. O projecto inclui ainda o desenvolvimento de uma aplicação digital, que proporcionará aos utilizadores uma **experiência imersiva**, com conteúdos sobre as diferentes espécies de cogumelos que habitam o território, promovendo a sensibilização para a **sustentabilidade e a proteção da biodiversidade**.-----

-----A aplicação incluirá ainda informação detalhada sobre:-----

---A flora, fauna e pontos de interesse naturais e culturais ao longo do percurso;-----

---Restaurantes com oferta de pratos à base de cogumelos, com fornecimento por produtores locais;-----

---Alojamentos na região;-----

---E uma ligação directa aos produtores locais, permitindo a compra e encomenda de produtos.-----

-----Este é, na verdade, um projecto que concretiza uma ideia que temos vindo a debater há décadas: a criação de um **corredor ecológico com vocação turística**, que envolva Arganil e as freguesias limítrofes, promovendo o desenvolvimento sustentável e a participação activa da comunidade local.-----

-----Espero sinceramente que o próximo Executivo Municipal reconheça o valor deste trabalho e tenha a visão e a vontade política de **aplicar no terreno ideias como esta**, que são uma verdadeira mais-valia para o concelho e para as suas populações.-----

-----Este é um exemplo claro de como a juventude, quando envolvida e valorizada, pode contribuir com soluções inovadoras e sustentáveis para o futuro do nosso território.-----

-----Os meus parabéns a toda a equipa envolvida — alunos, professores e parceiros. Arganil precisa de mais projectos assim.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “caminhamos a passos largos para eleições autárquicas. Tenho o meu pensar, mas não deixo de gostar de ler e ouvir pensamentos de outros. Confesso que mais de uns que de outros, mas isso será normal. Na última sessão deste Fórum, partilhei convosco enquanto convicto Arganilense os meus pensamentos, as minhas opiniões e também a tristeza que sentia ao ler ou ouvir a caracterização de Arganil pelas palavras dos que apenas sabem maldizer. Atendendo a que não me vejo como dono da razão, antes e apenas dono da minha razão, mas como o que assisto em Arganil me impressiona, em particular no capítulo do investimento, decidi, munido de uma isenção tão plena quanto possível e da utilidade das ferramentas que as novas tecnologias nos permitem, fazer a uma das mais conhecidas plataformas de Inteligência Artificial da actualidade a seguinte questão: **consegues, de forma isenta, fazer uma análise ao investimento promovido pelo município de Arganil (per capita) nos últimos anos e fazer uma comparação face aos restantes municípios do distrito de Coimbra?**-----

-----Tive como resposta:-----



Assembleia Municipal

-----“Boa noite. Com base nos dados disponíveis, posso ajudar a enquadrar o investimento do município de Arganil no contexto do distrito de Coimbra, embora com algumas limitações quanto à totalidade dos dados *per capita* de todos os municípios.-----

-----Orçamento Municipal:-----

---**Arganil** – Orçamento municipal de 42 milhões de euros para 2025, população, segundo dados recentes do INE, de cerca de 11.700, resultado de 3590€ *per capita*;-

---**Coimbra** – Orçamento municipal de 249,1 milhões de euros para 2025, população de cerca de 140.000 habitantes, resultado de 1780€ *per capita*;------

---**Outros municípios** – Não há dados detalhados de orçamentos municipais *per capita* para todos os municípios do distrito, mas, em geral, municípios mais pequenos com orçamentos menores tendem a ter valores *per capita* mais baixos ou próximos, dependendo do nível de investimento e das prioridades locais.-----

-----Fundos PRR:-----

Município	População (aprox.)	Investimento PRR (€)	Investimento PRR per capita (€)
Coimbra	140.000	233.000.000	~1.664
Figueira da Foz	60.000	39.000.000	~650
Oliveira Hospital	20.000	26.000.000	~1.300
Cantanhede	36.000	17.000.000	~472
Arganil	11.700	23.550.847	~2.013

-----Em síntese:-----

-----Arganil destaca-se no distrito de Coimbra pelo elevado investimento *per capita*, tanto em orçamento municipal como em investimento PRR.-----

-----No caso do PRR, o investimento *per capita* de Arganil é superior ao da maioria dos municípios do distrito, incluindo Coimbra, Figueira da Foz e Oliveira do Hospital.-

-----No orçamento municipal, Arganil também apresenta um valor *per capita* elevado, quase duplicando o valor estimado para Coimbra, o que reflecte uma forte aposta local em infra-estruturas e serviços. Fim da resposta.”-----

-----Confesso, impressionam-me estas ferramentas. Respostas instantâneas - e ainda conseguem ser educadas, coisa nem sempre vista.-----



-----Decidi então colocar uma segunda questão: **consegues alargar a pesquisa para incluir todos os concelhos do distrito?**-----

-----“Para alargar a análise e incluir todos os concelhos do distrito de Coimbra, é importante clarificar que, embora existam dados detalhados sobre o investimento PRR e a população de cada município, a informação sobre os orçamentos municipais completos para todos os concelhos não está centralizada ou publicamente disponível de forma tão detalhada como para Arganil e Coimbra. No entanto, com base nas fontes mais relevantes, é possível apresentar uma visão comparativa do investimento PRR e, pontualmente, do orçamento municipal quando disponível. Com essas ressalvas:-----

-----A análise alargada a todos os concelhos do distrito de Coimbra, considerando o investimento *per capita*, revela que Arganil emerge como o município mais destacado. Isto deve-se ao facto de, apesar de ter uma população muito menor do que Coimbra, Figueira da Foz ou Cantanhede, ter captado investimentos PRR e orçamentos municipais elevados em relação ao número de habitantes. Fim da resposta.”-----

-----Confesso que achei curiosa a parte que dizia “a informação sobre os orçamentos municipais completos para todos os concelhos não está centralizada ou publicamente disponível de forma tão detalhada como para Arganil e Coimbra”. Afinal a informação em Arganil parece estar publicamente disponível e de forma detalhada.-----

-----Só porque mantinha algum entusiasmo e curiosidade, questionei: **é o valor de 3590€ per capita um valor frequente em termos de investimento municipal?**-----

-----“O valor de 3.590 euros *per capita* de Arganil é muito elevado, acima da média nacional e da maior parte dos municípios, sendo apenas ultrapassado por alguns municípios pequenos em anos de investimento excepcional. Não é um valor vulgar para o contexto municipal português. Fim da resposta.”-----

-----Considerarei-me satisfeito e dei descanso à máquina.-----

-----Sem intervenção da inteligência artificial, dei algum uso àquela que julgo ter e rabisquei num papel: Escola Secundária Arganil - 5M EB 2/3 Prof Mendes Ferrão - 3M€; Habitação a custos acessíveis - 4,5 M€; Reabilitação de rede viária - vários procedimentos no valor total de 3M€; Novo Centro de Saúde e SUB - 6,2M€; Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário - 0,5M€; Ponte e zona balnear Foz d’Égua - 0,25M€. Cerca de 23M€ de investimento público a decorrer em simultâneo no nosso concelho. Algo nunca visto. Algo que é impossível vulgarizar e algo que é impossível diminuir. O trabalho é visível, o futuro de Arganil é promissor e o futuro está a chegar. As máquinas dotadas de inteligência artificial já o reconhecem. As pessoas de Arganil, dotadas de uma inteligência bem real, vão reconhecê-lo também. É esta a linha de acção que defendo que deve continuar a liderar Arganil e é por ela que me baterei nas próximas eleições. Dr. Luís Paulo Costa, conte comigo, se assim entender, neste “Compromisso com o futuro”.-----



Assembleia Municipal

-----Esta era a intervenção que trazia, trago também naturalmente algumas apreciações sobre aquilo que foi dito há pouco, ou que aqui foi dito pelo colega deputado Rodrigo Oliveira. Ponto número um, eu fui inclusive daqueles que exprimi a minha vontade e a minha opinião em relação ao processo do orçamento participativo, ou seja, nem tento que seja necessário criar aqui qualquer tipo de imposições para que a bancada do PSD nesta Assembleia trabalhe. Ela sempre trabalhou e de forma muito séria. Acho que é devidamente coordenada com o seu Executivo, com assuntos que são discutidos e naturalmente alinhados. E vou-lhe dar dois exemplos daquilo que demonstra bem o trabalho da bancada do Partido Socialista aqui e fora destas portas também, em que os membros eleitos por esta Assembleia para nos representarem na Assembleia da CIM foram, efectivamente, os deputados que apresentaram até agora as únicas duas moções que foram votadas, votadas por unanimidade e que tiveram efeitos práticos na defesa não só do território de Arganil, mas de toda a comunidade intermunicipal. E acho que isto também reflecte que, efectivamente, esta bancada não tem estado de braços cruzados, não está a aplaudir só o que acontece, falo em sede própria, com discussão coordenada, concentrada onde ela deve existir e aqui existe, naturalmente, para se manifestar num assunto que não é um assunto que tenha, na minha opinião, e daquilo que foi discutido entre toda a bancada, que existir um sentido de voto, cada um manifestou a sua opinião. E se a maior parte das pessoas que compõem esta bancada tiverem de futura opinião que deve ser apresentado um orçamento participativo, ele naturalmente será apresentado. No meu caso e no caso em concreto, pelos motivos que aqui enumerei, porque não me identifico com o princípio, acho que o princípio da definição de orçamento está onde deve estar e é legitimado pelo povo pela eleição como tive oportunidade de dizer, entendo que a ferramenta não se adequa. Tive a curiosidade de tentar perceber alguns dos exemplos que são aplicados. Como digo, se quisermos ir buscar medidas que eu acho no limite não gostava de chamar um termo que anda aí agora muito na moda e contra o qual muito lutamos, que tem a ver com o populismo, se quisermos fazer alguma coisa para lhe dar uma dimensão, eu diria quase ridícula só para dizer que fazemos alguma coisa, talvez se consiga encontrar iniciativas ou alguns exemplos verdadeiramente proveitosos em defesa daquilo que são os verdadeiros interesses da população. Acho que um orçamento bem utilizado, com ferramentas bem definidas, sendo ele exposto e levado à votação no período de eleições, acho que é o que defende melhor o município. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Vítor Almeida** para referir que “ouvi com atenção a intervenção do deputado Rodrigo Oliveira e gostava de responder às questões da área da saúde que são preocupantes a nível nacional e gostava de focar as questões que aqui foram levantadas. Antes de mais quero elogiar a questão do novo investimento no novo Centro de Saúde, são 6,2 milhões de euros, desses, 4 milhões são do PRR e com execução prevista em 540 dias. É uma grande mais-valia



Assembleia Municipal

para o concelho e gostava de felicitar o Executivo por esta medida e que teve a assinatura agora do Protocolo com o Governo, na semana passada. Portanto, da minha parte, um elogio e agradecimento pelo vosso empenho. O novo Secretário de Estado, Francisco Gonçalves, esteve presente e a presença dele demonstra que da parte da AD, da Aliança Democrática, portanto do PPD, PSD e do CDS, claramente mantém-se o compromisso para com o SNS, o Serviço Nacional de Saúde. Portanto, investir numa zona como a nossa, que de facto é carenciada, é sinal que o compromisso se mantém. Não vai haver uma mudança estrutural no sistema, mas sim um evoluir natural com qualidade. Remodelação essa que, como também sabem, nos garante estabilidade para os próximos anos e alguma esperança e tranquilidade. A rede SUB e para os ouvidos que estão neste momento a assistir, e que provavelmente não sabem, existem três níveis de urgência em Portugal. É o serviço de urgência polivalente, são os hospitais da Universidade de Coimbra que nos servem nesta região, ou Viseu, que são hospitais de grandes dimensões que têm todas as valências necessárias, cirurgia cardíaca, cirurgia torácica, medicina interna, que serão os de fim de linha. Além disso, temos os médicos cirúrgicos, que são hospitais já de menor dimensão e que não conseguem responder a tudo, mas que resolvem grande parte das situações. E depois temos aquilo que no interior e no mundo rural é uma realidade, de Serviço de Urgência Básico. Serviço de Urgência Básico que, por lei, exige uma formação específica dos médicos, vou falar sobre isso rapidamente para o fim, e qualidade naquilo que é o laboratório do RAIÓ-X. Arganil, e isto tem que ser salvaguardado, está numa situação absolutamente privilegiada no contexto nacional. Somos dos poucos municípios do interior que têm SUB a funcionar, e a funcionar 24 sobre 24 horas. E nós servimos não só Arganil como servimos Tábua, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e parte de Penacova também. Todos os municípios à nossa volta são abrangidos por esse Serviço de Urgência Básico. Levantaram-se dúvidas, que eu penso que tiveram um cariz político, se a SUB iria fechar com a mudança do Centro de Saúde. Ficou mais do que claro que o Serviço de Urgência Básico não vai fechar. Está aberto e continua a fazer parte da rede nacional do Serviço de Urgência e Emergência. Com outra mais-valia que é importante, temos aqui uma ambulância SIV, que é chamada Suporte Imediato Vida, que tem um enfermeiro a bordo e que futuramente poderá, com a nova criação do Serviço Especial de Urgência e Emergência, também incluir médicos do Centro de Saúde que possam integrar essa equipa. Portanto, essa mais-valia, repito outra vez, essa mais-valia que nos coloca numa situação privilegiada no contexto nacional, vai-se manter; não só se vai manter, como vai ser melhorada a qualidade existencial, porque a partir de 1 de Janeiro vamos avançar em Portugal e isto é fruto da comunidade médica do interior, nomeadamente aqui de Arganil, a especialidade de medicina de urgência e emergência. Ela nasceu aqui, muitos não sabem, mas nasceu aqui esta ideia. E, portanto, vamos ter internos de formação nesta área que nos vão colmatar parte dos défices que existem, efectivamente, em recursos humanos e vão-nos dar mais garantia de qualidade a longo prazo. Podia



Assembleia Municipal

falar sobre espaços amplos que o novo Centro de Saúde vai ter, tem até quatro gabinetes, laboratório de raio-x, eu não vou perder muito nisso porque todos nós sabemos que, e falaram muito bem, e o Rodrigo Oliveira falou muito bem nisso, pouco nos vale uma infra-estrutura de alto nível, que vamos ter, se não temos recursos humanos. Mas verdade dita, também aqui Arganil está numa situação privilegiada, porque a falta de médicos de família é gritante a nível nacional. E os indicadores que a Zona Centro tem, a nível nacional, ainda são os melhores do país. Vão a Lisboa é uma desgraça, vão para o Algarve é uma desgraça. Portanto, Arganil no meio deste caos de medicina geral e familiar e da falta de recursos de saúde primários, claramente ainda está numa situação privilegiada. Contra a mais valia de facto que os novos acessos rodoviários, nós estamos a meia hora de Coimbra. Se haver de facto aqui um acidente grave, uma situação muito grave, nós só temos duas viaturas médicas muito perto, Covões e CHUC, temos a CIV aqui presente, temos helicópteros que estão aqui em 20 minutos. Portanto, também nesse âmbito quero tranquilizar os arganilenses que nós estamos numa seção privilegiada. Não vale a pena criticar quando estamos numa situação muito melhor do que a maioria dos municípios do interior.-----

-----Também a finalizar muito rapidamente, quanto à falta de dois médicos, outros centros de saúde têm falta de vinte, mas de facto os quadros devem ser preenchidos. Por que é que os quadros não são preenchidos? Surgiu a ideia do amigo Rodrigo que o incentivo do município pode ajudar. Concordo com o princípio da ideia. A verdade é que os dados que nós temos demonstram que não é isso que fixa os médicos. Por muito que custe ouvir, mas a verdade é essa. O que é que fixa o médico? Primeiro, é ter boas condições de trabalho e dignidade. Carreira é fundamental. Já todos sabemos isso e eu estou na função pública, eu sou médico em Viseu, não faço privada. Portanto, eu estou à vontade, não tenho conflitos de interesse, para o dizer. Aquilo que de facto fixa o médico no interior é ter boas condições de vida, ter estabilidade familiar é fundamental, mas ter um salário digno. Porque é que os salários não são dignos neste momento da medicina geral e familiar e só agora é que começaram a recuperar, após este acordo que o Ministério assinou, arrancado a ferros, como é evidente, com o sindicato ao qual pertence, mas de facto este Governo assinou. Durante anos o Ministério da Saúde, do tempo da Geringonça, curiosamente, não assinava acordos com os sindicatos. Isto é verdade. Marta Temido nem sequer recebia os sindicatos. E, portanto, esta Ministra recebeu o sindicato e assinou o acordo, que é por três anos que nos vai dar mais estabilidade e garantia. Se será a solução, não sei, veremos, porque a concorrência do sector privado é muito forte e isso preocupa-me. E, portanto, nós temos que criar condições. Veremos este ano com abertura do novo mapa de vagas se estes médicos vão fixar-se aqui, ou não. Se virmos que os incentivos à carreira não são suficientes, aí sim concordo que vamos ter que encontrar medidas locais que poderão eventualmente criar incentivos locais que possam ser necessários. Eu



Assembleia Municipal

sugeria esperar até ao fim do ano, ver como é que o novo mapa de vagas vai decorrer e depois veremos como é que é o ponto de situação.-----
-----Para concluir, eu penso que a questão da saúde é fundamental e de facto é aquilo que fixa a população, aquilo que é importante. Mais do que criar um novo centro de saúde eu gostava de ver mais domicílios, mais proximidade e acho que temos de trabalhar nisso; os médicos devem ir, como era antigamente, quando fiz aqui um internato geral, ir mais às localidades, voltar ao princípio de abrir talvez alguns postos, nas aldeias mais isoladas e estar mais presentes, perto dos doentes. Eu penso que isso sim, é o caminho certo e espero que a direção de centro de saúde que é de facto uma direção absolutamente competente e muito dedicada, poderá abrir o caminho nesse sentido.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para referir que “sinceramente, depois de ouvir o deputado Vitor Almeida, fico muito entusiasmada porque dá-me a sensação que vivemos todos num mundo maravilhoso. Só gostava de saber onde é que isso fica. Mas pronto, adiante.-----

-----Permitam-me citar a nossa Agustina Bessa Luis, que dizia que “a superficialidade esconde sempre algo de sério”. Veio-me esta frase à ideia a propósito do défice democrático evidenciado ao longo dos anos de mandato deste executivo, que agora se aproxima do fim.-----

-----Como sabem, de acordo com o disposto no Estatuto do Direito de Oposição consagrado na Lei nº 24/98 de 26 de Maio o executivo está obrigado a emitir um relatório anual relativo ao exercício do direito de oposição, cuja data limite de apresentação é o dia 31 de Março, e pasme-se, corrijam-me por favor se eu estiver errada, mas neste mandato ainda não foi apresentado nenhum relatório, e tanto quanto sei, o último relatório apresentado pelo PSD foi em 2017, ou seja, há dois mandatos.-----

-----O Estatuto do Direito de Oposição baseia-se no princípio constitucional do direito de oposição democrática, constante do artigo 114 ° da Constituição da República Portuguesa (CRP), que determina o reconhecimento às minorias do direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei.-----

-----A título meramente informativo, esta Lei prescreve com carácter imperativo, que os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, tenham o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade, logo após a sua elaboração bem como de se pronunciarem sobre questões de interesse público relevante.-----

-----O direito de oposição é a consagração em termos políticos dos direitos das minorias, podendo afirmar-se, que «no fundo, a garantia dos direitos e poderes das minorias é um instrumento constitucional de contrapeso e limite do poder da maioria», definindo-a como sendo a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais.-----



Assembleia Municipal

-----São titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nas assembleias deliberativas e que não estejam representados no respectivo órgão executivo, bem como os partidos políticos representados nas câmaras municipais, em que os seus eleitos não assumem pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas.-----

-----Para comprovar a aplicação desta lei, é obrigatória a elaboração pela Câmara Municipal de relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias nela estabelecidos, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se refiram. Estes relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição para que estes possam pronunciar-se. São estes os direitos que advêm do estatuto do direito de oposição.-----

-----Nesse sentido e na nossa óptica, a Câmara Municipal deve informar os titulares do direito de oposição, independentemente de qualquer iniciativa em concreto dos mesmos, sobre os assuntos de considerável importância local.-----

-----Considerando que até à data ainda não foi apresentado qualquer relatório, pelo actual executivo, permitam-me elencar alguns dos assuntos que aqui trouxemos à discussão e sobre os quais fomos colocando ao longo deste mandato legítimas e pertinentes questões à consideração do Senhor Presidente da Câmara, não falando já das Senhoras e Senhores Vereadores em exercício, que nunca tivemos o prazer de ouvir sobre as matérias da competência dos respectivos pelouros, numa clara evidência do défice democrático deste executivo, em que se promove claramente o culto da personalidade, atitude muito em voga nos tempos que correm, mas enfim.---

-----Assim, a título exemplificativo, destaco: a situação da Quinta do Dr Urbano; a situação da ETAR e da Zona Industrial da Relvinha; o desenquadramento no que se refere aos materiais utilizados na ponte da Foz da Égua; a situação que se arrasta há anos do Teatro Alves Coelho, sem fim à vista; o orçamento participativo, que naturalmente trouxemos aqui à discussão, com consciência de que não era a altura dele ser votado, mas à discussão, porque entendemos que a participação das pessoas é cada vez mais importante. Se as pessoas não são ouvidas, se as pessoas não são trazidas à coacção da decisão, veja-se o que se passa no mundo inteiro. Veja-se o que se passou nas últimas eleições. O PS levou uma tacada, mas o PSD vai ser o próximo, não tenham qualquer dúvida. E, portanto, é isto que temos que evitar e para evitar isto só há uma maneira, é ouvir as pessoas. E o orçamento participativo tem que ser uma realidade; que seja proposto pelo PSD para nós é indiferente, desde que avance. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para referir que “a 4 de Dezembro de 2021, data da primeira Assembleia Municipal do mandato actual, dirigi-me a todos vós para reflectir sobre uma das maiores ameaças ao desenvolvimento do nosso território: a perda demográfica. Nessa altura lembrei que este é um problema que extravasa em muito as fronteiras do concelho e até do país, e questionei o óbvio. Cito: *“Como podemos responder a este ciclo vicioso onde, em*



Assembleia Municipal

parte tão significativa do país o despovoamento conduz a menor desenvolvimento e esse menor desenvolvimento a mais despovoamento?”-----

-----Antes de abordar possíveis respostas, sublinhar que a perda demográfica penaliza directamente os territórios e fá-lo a todos os níveis – social, económica, cultural ou ambientalmente – mas castiga também de forma indirecta, reflectindo-se por exemplo na diminuição da força e influência política. Infelizmente: terra com muita gente é terra com muita força. Terra com pouca gente é terra com pouca força.

-----Terra sem gente é terra sem força. Política, entenda-se. E deste ponto de vista, essa perda de força ditada por um reduzido número de eleitores materializa-se como bem sabemos numa diminuição da representatividade dos órgãos autárquicos e numa redução das transferências financeiras do governo central para os municípios. É a força da lei, lei que também ela parece alimentar este ciclo vicioso.-----

-----No nosso concelho e nos últimos meses, houve quem proclamasse a quase certa diminuição do número de eleitores para baixo da fasquia dos 10.000 nas próximas eleições autárquicas. Tal não sucedeu. Esta semana, foi publicado pela Secretaria Geral da Administração Interna o mapa onde consta o número de eleitores inscritos para o próximo recenseamento eleitoral, por concelho. Mapa esse que espelha as assimetrias na distribuição populacional, e onde **40% dos municípios portugueses têm menos de 10.000 eleitores**. Nós fazemos parte dos outros 60%: em Arganil estão inscritos 10.078 eleitores, o que representa uma diminuição de 33 munícipes face ao mapa de 2021. Esta foi uma boa notícia. Efectivamente todos reconhecemos que baixarmos para menos de 10.000 eleitores seria negativo para o nosso concelho, mas todos sabemos também que para lá de negativo, esse seria um cenário injusto. Porque Arganil tem bem mais de 10.000 adultos residentes. Esta é a minha convicção, e creio que não só minha. Felicito, por isso, todos quantos em especial nos últimos tempos se empenharam e colaboraram na regularização da morada de residência de tantos eleitores que aqui permanecem na maior parte do ano mas, que por uma razão ou outra, permaneciam até então com morada oficial noutra lugar (nacional ou não).-----

-----Todavia, esta é uma preocupação que não se esgota neste mandato. Muito provavelmente, e durante os próximos anos teremos que manter-nos atentos a este aspecto do número de eleitores, não esquecendo que ele reflecte uma realidade a que não estamos imunes, mas para a qual o actual executivo municipal tem trabalho e bem, ao longo dos últimos anos para mitigar os seus efeitos: seja por via do estímulo ao investimento à actividade económica e à fixação de empresas, e por isso à criação de emprego, seja por via das políticas para a habitação, seja pela via fiscal, ou seja pela melhoria das condições de vida dos munícipes.-----

-----A merecer a atenção do município deve continuar ainda o crescimento da população estrangeira, e que no nosso concelho representa cerca de 9% do total, dados da PORDATA de 2023. Creio que apesar de todos os desafios que traz e aos quais é importante saber responder, esta é uma oportunidade importante, pelo que acolher e integrar a comunidade estrangeira deve continuar a mobilizar a autarquia



Assembleia Municipal

em articulação com todas as entidades das áreas da saúde, da educação, terceiro sector, empresas, etc.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, estimados colegas, arganilenses: tal como na primeira assembleia municipal deste mandato, constato e congratulo-me que, perante o desafio demográfico ao qual temos de conseguir responder, o município de Arganil mantém o foco não só para o curto prazo (independentemente do número de eleitores). O trabalho deste executivo é mesmo a longo prazo e é com esse propósito que deve continuar a trabalhar, sem se desviar, distrair ou olhar para trás. Concluo, por isso, como há quatro anos: *“só com a ajuda de todos e com a continuidade deste trabalho sólido e sério poderemos acalantar a esperança de ultrapassar tão rigoroso inverno e augurar uma nova Primavera, realmente duradoura e sustentável.”* Porque nesta batalha todos contam. A ela todos somos chamados e todos somos chamados arganilenses. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Mário Jorge Henriques** para referir que “falando aqui de uma estratégia de planeamento e de um pensamento mais estruturado do território, gostava de colocar aqui uma questão muito factual: qual o estado actual e o futuro plano para o aeródromo de Côja? Uma infra-estrutura relevante no contexto do concelho de Arganil, em particular na União das Freguesias de Côja e Barril de Alva. Este equipamento, embora desactivado há vários anos, foi identificado em anteriores momentos como um activo estratégico, quer para o combate a incêndios, quer para actividades de aviação ligeira e desportiva. Em 2017, numa Assembleia Municipal, suponho, foi até noticiado que a ANAC estaria a realizar estudos com vista à sua eventual reactivação. Neste sentido, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara qual é o ponto de situação actual quanto àquela infra-estrutura. Houve, entretanto, diligência junto da ANAC ou de outras entidades competentes para o reaproveitamento deste equipamento? Está prevista alguma estratégia municipal para a reactivação do aeródromo, nomeadamente ao abrigo de candidaturas a Fundos Estruturais ou de Protecção Civil?-----

-----Aproveitando as palavras do Christophe, que há pouco falou, aproveitando essa demanda de capitais e de fundos do PRR, considero fundamental não deixar cair no esquecimento um recurso que poderá reforçar a nossa capacidade de resposta a incêndios, estimular a economia local e até criar uma nova centralidade no concelho. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Ricardo Pereira** para referir que “a anual Mostra Gastronómica da Feira das Freguesias teve lugar nos dias 6, 7 e 8 de Junho, trazendo consigo a já habitual festa dos sabores e das tradições, naquele que é um dos eventos mais participados e expressivos do concelho e que junta, à distinta gastronomia, a música tradicional, a riqueza etnográfica, os costumes e momentos de grato convívio.-----



Assembleia Municipal

-----Com lugar no Paço Grande, conta como habitualmente com a participação das Juntas e Uniões de Freguesias do concelho, às quais cabe, através das suas associações e colectividades, a responsabilidade de dar a provar os sabores mais autênticos do património gastronómico local. À semelhança dos últimos anos, para além do baile popular na noite de sábado, o Mercado Municipal contíguo ao recinto, contou também com um programa de animação próprio, garantindo que a festa não se esgota com o palco principal, onde Tunas, Filarmónicas e Grupos Folclóricos vão desfilarem e animar diariamente o público.-----

-----Como exige a tradição, com o intuito de preservar e promover o património gastronómico e as iguarias seculares do receituário concelhio, o certame contou com a realização do habitual Concurso Gastronómico, que visa premiar não só o melhor prato principal e melhor sobremesa servida, como também a melhor apresentação geral no que respeita à decoração da tasquinha. Tenho de dar os parabéns à Organização do Município, a todas as Juntas e Uniões de Freguesia, a todas as colectividades responsáveis pela sua tasquinha e aos grupos culturais que foram passando pelo palco.-----

-----Fazendo agora uma retrospectiva, tipo os famosos velhos do restelo, que no meu tempo é que era..., a Feira das Freguesias começou no centro da vila, que gerava transtorno e barulho a quem lá morava, e impedimentos na avenida principal, era a feira do petisco e dos bebedolas..., depois mudou-se para o paço grande, mais condições, mais espaço, mas... afinal mudaram isto e agora o centro da vila morre...

-----Não morre, porque os mais distraídos esquecem-se dos vários eventos no centro da Vila, onde se podem destacar a Noite Branca, que trás muita gente até de outros concelhos, aqueles tais concelhos onde tudo é lindo e cor de rosa, quem sabe para tirar algumas ideias para esses concelhos, mas também refiro o Mercado de Natal, o Mercado da Páscoa, as Noites de Verão, enfim uma panóplia de eventos, que é preciso andar meio distraído para não se reparar nisso...-----

-----Por fim, faço aqui uma reflexão pessoal, destes quatro anos, que estão prestes a acabar. Nunca se viram tantas obras pelo concelho, algumas já aqui enumeradas, não estamos a falar aqui daquelas que nós sabemos que dificilmente passam do papel, não, estamos a falar daquelas que se estão a realizar pelo concelho. Muitas delas geram transtornos, é óbvio que sim, outras geram retorno, muito...-----

-----Aqui há uns tempos era a zona industrial, depois o parque de campismo, depois as obras da avenida, que tanta tinta fizeram correr nos órgãos de comunicação social, com tantos artigos de opinião, e que depois de estarem feitas, pura e simplesmente se esgotou o assunto, depois as obras das escolas, depois o Teatro, etc...-----

-----Por fim fica aqui um desabafo. Nem sempre vale tudo em política!-----

-----Se não há obras, são incompetentes, se há obra, não fazem mais que a sua obrigação, mas está mal feita e incomoda.-----

-----Se não há médicos, a culpa é da câmara... se há, a câmara não fez nada, foi a ULS que tratou disso...-----



Assembleia Municipal

-----Se chove muito, a Câmara tem culpa por causa das redes pluviais mal feitas... Se não chove a culpa é da Câmara, que não providencia sombras... Enfim...-----
-----Apetecia-me dizer Chega, mas antes que seja conotado com outras andanças, digo BASTA!!! Temos de ser realistas e coerentes. As obras têm de se fazer, sim, mas têm de ser pagas!!! Não se podem pagar daqui a quatro anos, ou a oito, ou até a doze, ou até deixá-los prescrever no tempo, como acontece em muitos sítios.-----
-----Parabéns ao Dr Luis Paulo Costa e o seu executivo por continuarem, como os famosos cabeçudos beirões, a defender o nosso concelho, a **investir** neste concelho, a defender o nome de Arganil, com todos estes projectos.-----
-----Pois, Arganil tem Futuro. E como exemplo de democracia, deixo aqui o tempo que o deputado Mário Henriques e a deputada Helena usaram, mesmo depois de terem acabado o vosso tempo, porque também gostamos de vos ouvir e por causa disso é que também deixámos que, mesmo acabando o tempo, continuassem a falar, neste púlpito. Muito obrigado”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Ana Margarida Fernandes**, secretária da União das Freguesias de Cepos e Teixeira para referir que “eu não queria falar mas como sou muito sensível e tocam-me aqui algumas coisas, é-me impossível não falar, ainda mais porque estamos em fim de mandato e creio que é importante reflectirmos sobre a campanha e sobre os próximos executivos. Primeiro, dizer que nós todos erramos. Eu considero que errei ao aprovar esta decisão de streaming das assembleias. Achei que de facto seria uma mais-valia para informar a comunidade, mas este dispositivo de eu estar aqui com uma câmara à minha frente, com um púlpito e não poder falar ali, na mesa, faz-me muita confusão. Até porque, de repente, eu vejo discursos feitos e eu pensava que as assembleias eram conversas, mas se calhar fui eu que errei, que ainda sou nova nisto, mas pelo menos na nossa junta de freguesia nós preferimos sempre conversar. E então isto faz-me confusão e se eventualmente eu ficar, porque eu não posso esquecer que eu estou a representar o Senhor Presidente, José Costa, não estou aqui a representar a mim, mas se por acaso eu ficar, porque já é público que eu sou candidata, eu não vou permitir ser gravada. Porque o que isto está a levar é a uma passividade. Aliás, eu gostava de desafiar a quem tem os dados, de perceber quantas pessoas nos estão a ver e quanto é que isto custa. Eu gostava mesmo de saber qual é o preço disto porque, se calhar, eu arranjo forma de gastar este dinheiro noutra coisa, por exemplo, num orçamento participativo. E posto isto, também queria deixar aqui, eu tenho uma relação muito particular com as redes sociais e uma das coisas que também me afectou com este dispositivo foi de repente ver cortes destes vídeos nas redes sociais a serem usadas por campanha; os contribuintes estão a pagar isto, acho que não devem pagar campanhas e isto vale para todos os lados, é para nenhum em especial. E, portanto, gostava de deixar esta reflexão sobre o que é que significa transmitir online uma coisa nestes tempos que de facto ficamos a olhar para o computador e parece que estamos dentro, mas não estamos, não estamos a



Assembleia Municipal

participar. Tenho pena de não termos aqui público porque acho que é por aí que temos que incentivar as pessoas a virem conversar connosco e não estarem a assistir a uma série televisiva.-----

-----Em relação às eólicas, faço parte das negociações destas eólicas, convidei a empresa a estar presente na Assembleia dos baldios de Cepos e Casal Novo, porque creio que é importante haver muita transparência sobre este tipo de projectos. Eu sou activista, é público, tenho aqui uma tensão entre a minha figura como Junta de Freguesia e como activista, e aquilo em que acredito, ao fim destes anos todos, é que estes projectos têm que ser públicos e eu alertei em relação a isto que, antes das negociações, deveria ter sido apresentado ao município, publicamente, se calhar numa assembleia destas, qual era a intenção? Porque os baldios negoceiam, mas quem leva com isto tudo é o concelho inteiro. Porque eu ponho umas eólicas nos meus baldios, mas a aldeia ao lado vai levar com aquilo, seja o que isto significa, porque todos nós sabemos que os baldios precisam de dinheiro e essa é uma questão, mas temos que também compreender que com o mundo como está, vai haver cada vez mais propostas de industrialização das áreas ecológicas. E, portanto, deixo também esta reflexão do que é que queremos para o nosso concelho e de facto que tipo de projectos é que são interessantes para todos, não para os bolsos dos baldios. E contra mim falo, porque estou neles. Portanto, essa foi a minha directriz, foi falar com a empresa e pedir que seja tudo público. Até porque nem todos os baldios funcionam da mesma forma e creio que toda a gente tem que participar nesta conversa. Eu fui fazer o meu trabalho de casa e contactei, obviamente, organizações internacionais sobre a maneira como se está a lidar com estas empresas e, quer dizer, dão-nos dez a zero. Se vocês forem investigar também, percebem que há propostas de negociação muito mais interessantes do que as que nós estamos a fazer neste momento. E alerta também para o facto que percebi que a maior parte das pessoas estavam na negociação, não sabia para que é que eram as eólicas. As eólicas não são para produzir energia e vender à rede, é para produção de hidrogénio no Porto de Sines, para vender ao corredor de hidrogénio para a Holanda. Ou seja, nós quando aprovamos um projecto, temos que saber para o que é que estamos a contribuir; a votação não é só dizer se queremos ter eólicas ou não, é dizer se queremos fazer parte desta produção de hidrogénio, sabendo que é uma zona crítica de falta de água e que a produção de hidrogénio consome muita água. Com isto eu não estou a dizer que sou contra ou sou a favor, mas acredito que devemos todos ter os dados todos para poder tomar decisões com consciência.-----

-----Resumidamente a minha questão é essa, já é a segunda assembleia a que venho e vejo sempre as mesmas questões. Em relação ao Teatro, eu já disse isto também publicamente, o Teatro para mim é feito das pessoas, a mim não me interessa muito se o edifício vai ser feito ou não vai ser feito, porque se não houver plano para ele e não houver de facto aqui uma força cultural e artística que depois dinamizem aquilo, a mim, o edifício, claro que, como arquitecta, sou sensível a ele,



Assembleia Municipal

mas como artista, pouco tanto me faz, acho que a ideia de teatro com ou sem teatro já podia estar a funcionar e desafio também para que isso aconteça sem o edificado. -----Sobre os processos ou orçamento participativo, eu já me disponibilizei da última Assembleia para falar um bocadinho sobre o que é que um processo participativo. Eu participei nos processos participativos do BIP-ZIP do PS, do António Costa, em Lisboa, portanto posso falar um bocadinho sobre isso e como é que as coisas resultaram. Eu tenho aqui mais assuntos, mas deixo para depois. Muito obrigada.”---

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “queria começar por me associar ao voto de pesar que foi proposto pelo Senhor Presidente da Mesa em relação ao Senhor António Pinheiro, pessoa muito querida da nossa terra; e como foi aqui lembrado, deu muito de si ao nosso território, quer enquanto bombeiro, quer enquanto funcionário municipal e não podia deixar de fazer este registo.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Rodrigo Oliveira dizer que, ou lembrar que boa parte das questões que coloca, elas já foram aqui respondidas. Portanto, eu quase que até consigo perceber aquilo que acabou de dizer a deputada Margarida Marques. Parece que é um processo de repetição, mas pronto, compete-me também dar as respostas de forma tão sintética quanto possível; claramente que o assunto não está definitivamente resolvido, esta pergunta nem tem assim muita razão de ser relativamente à disponibilização das análises; naturalmente que elas podem ser disponibilizadas não temos qualquer objeção em relação a isso. Sobre as intervenções de fundo também já falei sobejamente sobre isso, houve o desenvolvimento de um projecto, aponta soluções que são extraordinariamente onerosas e, portanto, é necessário encontrar formas de as financiar. Também lembrar que este problema resulta de falhas quase grosseiras ao nível de projecto de execução, falhas essas que foram objecto de relato, passo a redundância, num relatório de auditoria, essas falhas e esse relatório desencadearam da parte do município um processo judicial contra o projectista que está a decorrer nos tribunais e, portanto, informação mais clara e objectiva, penso que é um bocado difícil.-----

-----Sobre a questão dos médicos de família, eu queria aqui a respeito disto pegar no que disse o deputado Vítor Almeida. É de facto incrível às vezes termos a coragem de carpir relativamente às nossas dificuldades, quando, acompanhando as notícias, percebemos que a realidade do país, infelizmente, é bem mais dramática do que aquela que temos no concelho. E sim, concordo e alinho plenamente com aquilo que disse o deputado Vítor Almeida quando disse que somos um concelho privilegiado em matéria de saúde. Sim, somos um concelho privilegiado em matéria de saúde e custa-me perceber que alguns ainda não o tenham percebido. E é quase insultuoso relativamente às pessoas que de facto não têm acesso aos cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde estar a pôr as coisas nestes termos. Não obstante, mas não sendo mesmo de toda uma situação dramática, aquela que temos no concelho, não há pessoas, não há ninguém no concelho que não tenha



Assembleia Municipal

acesso a cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde, no concelho e esta é uma realidade que, volto a dizer, infelizmente, não tem paralelo no resto do país, podem não estar colocados todos os médicos de família, mas as pessoas têm cuidados de saúde, nomeadamente através da colocação assegurada pela ULS de médicos aposentados e isso permite ter essa situação devidamente acautelada. Portanto, é importante falarmos estes assuntos com seriedade e com verdade. Em primeiro lugar, reconhecendo, e isso foi dito, reconhecendo que o município não tem competência nesta matéria, mas tem naturalmente de forma diplomática, e aí eu concordo, tem o dever de articular com as entidades competentes nesta área. E se dúvidas houver eu sugiro que se ouçam as intervenções ou a intervenção do presidente da ULS na última segunda-feira, quando aqui esteve a respeito da assinatura do contrato de empreitada, do Serviço de Urgência Básica e do Centro de Saúde, foi absolutamente claro em relação a estatemática, inclusivamente àquilo que têm sido as articulações e as interpelações que têm sido desencadeadas pela Câmara. Mas também posso dizer, e fruto desta articulação e desta colaboração recíproca, posso ao mesmo tempo reconhecer aquilo que tem sido uma atitude proactiva do Presidente da ULS, no sentido de resolver os problemas que existem no território, não apenas no concelho de Arganil, mas em todo o território e que tem sido uma resposta assertiva e que vem ao encontro em algumas circunstâncias, ao encontro daquilo que são as nossas expectativas. A questão dos médicos de família, necessidades, versus recursos, é público que está um concurso aberto para a colocação de 560 médicos de família no país. Também é público que os candidatos pouco ultrapassam os 400, portanto significa objectivamente que alguns locais vão continuar sem médico de família. Não será, felizmente, a situação do nosso concelho e posso desde já adiantar que na última quarta-feira o presidente da ULS me comunicou que as duas vagas que estavam em aberto já tinham sido objecto de manifestação de interesse pelos médicos candidatos e, portanto, esta situação que temos no concelho ficará a breve trecho absolutamente resolvida.-----

-----Sobre a Escola Secundária de Arganil, dizer que sim, é verdade que existe uma suspensão parcial, que está relacionada com a construção de um novo edifício; detectou-se que naquilo que tinha a ver com as fundações de suporte ao edifício, aquilo que estava em projecto, podia não ser o necessário para suportar o edifício, sem consequências. Por via dessa dúvida, foi feita a suspensão parcial da obra, foi desencadeado um estudo geológico e geotécnico, o respectivo relatório foi já entregue, o projectista já tem esse mesmo relatório e agora está a trabalhar nas respectivas soluções. Sobre quem vai pagar, é aquilo que diz o Código da Contratação Pública; está claro, quando são erros da responsabilidade do projectista, a entidade pública é obrigada a sacar esses prejuízos ao projectista, parece-me que é o que temos ali e, portanto, faremos aquilo que a lei determina relativamente a estas matérias. Sobre o impacto financeiro, ainda não sabemos qual é que será, uma vez que esta parte de projecto para estas intervenções ainda não está concluída.-----



Assembleia Municipal

-----Quanto à história do AVAC, na EB 1 de Arganil, sim, reconhecer que há um problema desde a intervenção que aconteceu. Não, não é verdade que não existe aquecimento no inverno, não tem rigorosamente nada a ver. O sistema de aquecimento e o sistema de ventilação são absolutamente autónomos e, portanto, a indicação de falta de aquecimento no inverno não corresponde à realidade.-----

-----Sobre a requalificação do Teatro Alves Coelho, dizer que foi entregue já a actualização do projecto de execução, quer na componente da arquitectura, quer na componente das especialidades. Neste momento, como penso que saberão, há uma fase que é agora obrigatória, foi tornada obrigatória no início do ano passado através de uma reprimenda do Tribunal de Contas, que é a fase de revisão do projecto. Já tínhamos contratado a revisão de projecto previamente à entrega da actualização do projecto e neste momento está em fase de revisão.-----

-----Sobre os parques eólicos no alto concelho, não sei objectivamente de nada, para além daquilo que são as informações quase de conversa de café que vão chegando. Não tivemos nenhuma auscultação por parte de nenhuma entidade, por parte de nenhuma comissão de partes, por parte de nenhuma empresa, por parte de nenhuma junta de freguesia; sobre esta matéria, sei mais ou menos aquilo que o senhor deputado também sabe e, portanto, não estou habilitado a dar qualquer informação, porque simplesmente não a tenho e a Câmara não foi contactada sobre este processo.-----

-----Sobre a questão das transmissões online e da votativa transparência, nomeadamente as transmissões online da Câmara Municipal, Eu devo recordar que relativamente à decisão que esta Assembleia tomou sobre a transmissão online destas Assembleias Municipais, sobre este assunto, aquilo que me ouviram aqui dizer é que era uma decisão naturalmente da Assembleia Municipal. Idêntico racional existe relativamente às reuniões de Câmara, a legitimidade e a competência para tomar essa decisão, quer seja de transmissão ou de não transmissão, é da Câmara Municipal, não é da Assembleia Municipal e, portanto, é assim que funciona. A democracia é também assim que se afirma, é respeitando as competências de cada órgão e, portanto, da mesma maneira que a Câmara não se imiscui nas competências da Assembleia Municipal também se entende que a reciprocidade tem que existir.-----

-----Sobre a intervenção do deputado Christophe Coimbra, no fundo acompanhar aquilo que disse e sublinhar a circunstância, ou melhor, não é circunstância, é o facto por contrariedade de alguns relatos ficcionados que alguns circunstancialmente entendem invocar. Relatos ficcionados que, regra geral, isto faz parte do jogo, acontecem com frequência nestes períodos que antecedem as eleições. Mas a questão é que a realidade, pasme-se, vem contrariar esses relatos ficcionados, porque a realidade, aquilo que demonstra, é aquilo que o senhor deputado municipal aqui deixou, estamos neste momento com um ciclo de investimento sem paralelo na história do concelho e este ciclo de investimento que acontece agora em simultâneo, que apenas como desse apanhado que integra apenas as maiores intervenções



Assembleia Municipal

atinge os 23 milhões de euros, mas eu até suspeito que ultrapassa, trata-se de investimento que está a acontecer neste momento em simultâneo no território do nosso concelho. Isso não tem paralelo na história, tal como não tem paralelo na história aquilo que foi o ciclo de investimento do anterior mandato, que registou uma concretização também sem paralelo e portanto a questão de menorizar é um aspecto e é uma abordagem interessante da ficção, vê-se muito na televisão, mas felizmente aqui a realidade contraria esses relatos ficcionados e a realidade demonstra que efectivamente o concelho está vivo, está em movimento, está a investir naquilo que as pessoas necessitam, que os nossos concidadãos necessitam e isso naturalmente que nos deixa reconfortados.-----

-----Quero acompanhar as palavras do deputado Vitor Almeida, relativamente ao novo Serviço de Urgência Básica e Centro de Saúde; quero aqui sublinhar, mas sublinhar mesmo muito, que esta solução é uma solução demonstrativa daquilo que é possível fazer, acerca daquilo que verdadeiramente é estratégico para o nosso território. E quero dizer que este processo não é mérito nem do Executivo nem apenas da Câmara Municipal, nem apenas da Assembleia Municipal. Quero aqui lembrar que este projecto resulta daquilo que foram as decisões, que têm sido as decisões unânimes assumidas em sede da Câmara Municipal e também da Assembleia Municipal. Quero aqui também acompanhar no sentido de reconhecer aquilo que é a defesa intransigente dos interesses do concelho, naquilo que verdadeiramente é relevante. Não me sinto proprietário do mérito deste projecto, ele efectivamente, é um mérito que é de todos quantos aqui estão e de alguns que cá não estão e que quero aproveitar também para sublinhar.-----

-----Sobre a intervenção da senhora deputada Helena Dias, eu concordo plenamente com aquilo que começou por dizer, superficialidade. E de facto outra coisa não se pode concluir quando, por falta de um relatório, se conclui que existe défice democrático. Sim, isso aí é uma conclusão bastante superficial. Tal como concluir-se que existe uma lei de carácter imperativo e que aqui neste caso em concreto não teve cumprimento, e reconheço, sim, mas é uma conclusão, permita-me que o diga, bastante superficial. Porque eu também não, e nesse aspecto também nunca me ouviu fazer essa crítica, eu também reconheço e lembro que existem muitas outras leis de carácter obrigatório, estou agora a recordar, desde logo, a lei da paridade e nunca ouvi aqui nenhuma referência acerca do incumprimento que se regista no concelho numa determinada freguesia sobre uma lei que é de cumprimento obrigatório e que está a ser incumprida. Nunca me ouviu dizer que existe lá défice democrático e, portanto, essa conclusão eu não posso aceitar e só posso repudiar. De facto, lições de democracia eu tenho muita pena, mas não aceito e não mas vem dar. Portanto, sobre isto é o que tenho para dizer. E também me parece que não estarão à espera para sustentar a prática da democracia, não me parece que estejam à espera de virmos aqui para a Assembleia Municipal discutir aquilo que são os materiais que são utilizados numa ponte ou numa estrada ou num muro qualquer. Não me parece que seja esse o conceito de



Assembleia Municipal

democracia, muito menos de democracia representativa, que é aquela que temos no nosso país.-----

-----Sobre a intervenção do deputado José Miguel Marques, apenas acompanhar aquilo que disse relativamente à importância da comunidade estrangeira que temos no nosso concelho, mas essa importância é ainda mais reforçada porque esta comunidade estrangeira tem já uma relevância no nosso território há algumas décadas e sempre de forma exemplar naquilo que tem a ver com a integração. E é importante termos isto presente, a comunidade estrangeira que temos residente no concelho, no território, está absolutamente integrada naquilo que é a nossa vida social e colectiva, contrariamente àquilo que acontece em algumas zonas do país, mas aqui temos esse privilégio desta integração ser plena ao mesmo tempo que se trata de facto de uma comunidade muito relevante para aquilo que são as dinâmicas do nosso concelho, não apenas as dinâmicas económicas, demográficas e sociais, mas naquilo que tem a ver inclusivamente com as dinâmicas demográficas, sim tem a ver também com as dinâmicas demográficas naquilo que é relevante para o território.-----

-----Sobre a questão do deputado Mário Jorge Henriques acerca do Aeródromo de Côja, dizer que ainda ao tempo do anterior governo do Partido Socialista e reconheço que no último ano não desencadeámos nenhuma diligência sobre esta matéria, mas ao tempo foi feita esta articulação, desde logo porque estava em cima da mesa, como é público no plano de recuperação e resiliência, o reforço dos meios de combate a incêndios, particularmente através de um conjunto de novas aeronaves e particularmente aeronaves ligeiras. Ligeiras e médias, penso que se calhar não será este o termo, mas não são as de maior dimensão. Essa articulação foi estabelecida, com o governo, houve inclusivamente uma tomada de posição por parte da Secretaria de Estado da Proteção Civil, no sentido de entender que considerando aquilo que é o dispositivo e a organização do dispositivo na região, aquela estrutura não seria necessária. Essa questão não seria, é uma questão naturalmente técnica, porque inclusivamente Foi da Proteção Civil Nacional que veio esse entendimento. A Secretária de Estado de então limitou-se a remeter o entendimento técnico. Ainda assim, e mais crítico do que isso, para as pretensões que pudessem existir, há uma questão prática concreta, a pista prioritária actualmente não tem o comprimento necessário para este tipo de aeronaves. Isso constituiria logo um entrave. Portanto, foi feita uma tentativa, mas a resposta não foi de acordo com as nossas expectativas.-----

-----Acerca da intervenção do deputado Ricardo Pereira, acompanhar aquilo que disse em relação a um evento que marca o calendário gastronómico e cultural do nosso concelho e também o calendário social, a feira das freguesias.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Margarida Marques apenas dizer que estavam agora aqui a reportar-me, que estavam online 12 pessoas, provavelmente algumas dessas 12 pessoas estão aqui na sala, mas pronto, é o que é.”-----



Assembleia Municipal

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 2/2025**, realizada no dia 25 de Abril.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 28 votos a favor, aprovar a acta nº 2/2025, da sessão ordinária realizada no dia 25 de Abril.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente propôs que os pontos segundo ao quinto fossem apreciados em conjunto, tendo todos concordado com a proposta.-----

-----Presente a informação técnica INF/89/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Conforme solicitado por V. Exa., informo que, de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (adiante RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias cabe à Assembleia Municipal.-----

-----Neste sentido e conforme o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, compete à Câmara Municipal apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e uniões de freguesias, pelo que se remete a V. Exa., para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, as minutas dos protocolos de cooperação (contratos programa) a celebrar com as Freguesias de Benfeita, Pomares, Secarias e com a União de Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista às comparticipações financeiras para assistência a banhistas das praias fluviais, no valor total de 27.437,61€ (vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e sete euros e sessenta e um cêntimos), para as quais existe dotação disponível no orçamento municipal na rubrica 04050102 - Freguesias, conforme informação de cabimento anexa, contendo as cláusulas que neles deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

-----Objeto e valor das comparticipações:-----

---Freguesia de Benfeita: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Benfeita: 3.102,06€ (três mil cento e dois euros e seis cêntimos);-----

---Freguesia de Pomares: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Pomares: 7.170,90€ (sete mil cento e setenta euros e noventa cêntimos);-----



Assembleia Municipal

---Freguesia de Secarias: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial da Cascalheira - Secarias: 8.977,77€ (oito mil novecentos e setenta e sete euros e setenta e sete cêntimos);-----

---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: Apoio para a vigilância de banhistas da Praia Fluvial de Coja: 8.186,88€ (oito mil cento e oitenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos).-----

-----Prazo de vigência: Data da assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes.-----

-----Pagamento: 100 % do valor até 30 (trinta) dias após o cumprimento total do objeto do contrato e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

-----Prazo de cumprimento: 60 dias.-----

-----Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos.-----

-----Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexam-se as minutas dos contratos programa e informações de cabimento e compromisso.-----

-----À consideração superior,-----

-----**SEGUNDO: Celebração de Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita**, com vista a comparticipar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/89/2025, aprovar a celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a comparticipar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO: Celebração de Contrato Programa com a Freguesia de Pomares**, com vista a comparticipar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/89/2025, aprovar a celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a comparticipar financeiramente a vigilância



Assembleia Municipal

de banhistas, na freguesia – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO: Celebração de Contrato Programa com a Freguesia de Secarias,** com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/89/2025, aprovar a celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO: Celebração de Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva,** com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, na freguesia – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/89/2025, aprovar a celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente a vigilância de banhistas, naquela União – época balnear de 2025, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO: Celebração de Contrato Programa com a Freguesia de Sarzedo,** com vista a compartilhar financeiramente a Limpeza do Barroco da Vareja e aquedutos; Limpeza de aquedutos no Vale Cibrão; Pavimentação da Rua do Ramalhal, da Rua do Ribeiro e da Rua do Santo António em Sarzedo, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação técnica INF/91/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----



Assembleia Municipal

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e considerando:-----

• O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, sendo que a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe atualmente à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

• Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro,-----

-----Remete-se a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com a Freguesia de Sarzedo, com vista à comparticipação financeira na execução de "Limpeza do Barroco da Vareja e aquedutos; Limpeza de aquedutos no Vale Cibrão; Pavimentação da Rua do Ramalhal, da Rua do Ribeiro e da Rua de Santo António em Sarzedo", no montante de 11.500€ (onze mil e quinhentos euros).-----

---Prazo de Vigência: Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----

---Pagamento: Duas Prestações: 1.^a Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e a 2.^a Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto do contrato e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

---Prazo de cumprimento: - até ao final de 2025-----

---Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----

---Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minuta dos contratos programa, informações de cabimento e de compromisso.-----

-----À consideração superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/91/2025, aprovar a celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Sarzedo, com vista a participar financeiramente a Limpeza do Barroco da Vareja e aquedutos; Limpeza de aquedutos no Vale Cibrão; Pavimentação da Rua do Ramalhal, da Rua do Ribeiro e da Rua do Santo António em Sarzedo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**SÉTIMO:** Apreciação e votação da proposta da **Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2025**, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.---

-----Presente a Proposta em apreço, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar a Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2025, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO:** Apreciação e votação da proposta da **1ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha – Alteração Simplificada** (aprovação do relatório da consulta pública e aprovação da versão final), nos termos do nº 3 do artigo 123º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo DL nº 80/2015, de 14 de Maio, na actual redação.-----

-----Presente a informação técnica INF/84/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal de Arganil deliberou aprovar, na Reunião de Câmara de 11 de março de 2025:-----

---Início do procedimento com a realização de consulta pública, com a duração de 20 dias úteis;-----

---A publicitação do ato, publicação na 2.ª série do Diário da República, na comunicação social e na página da internet da Câmara Municipal de Arganil, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT.-----

-----Esta alteração simplificada incide sobre o Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha e tem por objetivo promover promove a possibilidade das portarias e/ou anexos possam localizar-se no exterior do polígono de máxima implantação, afeto à edificação principal, sem alterar qualquer outra regra ou parâmetro urbanístico, enquadrando-se na alínea c) do n.º 1 do artigo 123.º o RJIGT.-----



Assembleia Municipal

-----Para efeitos de eficácia, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT, manda publicar a deliberação da Assembleia Municipal que aprova a alteração simplificada, bem como a alteração ao Regulamento.-----

-----A presente alteração simplificada do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no Diário da República.-----

-----Assim, propõe-se que a Câmara Municipal que delibere:-----

- Aprovar o Relatório de Consulta Pública, datado de 11/06/2025;-----

- Aprovar o Relatório de Fundamentação;-----

- A submissão da proposta a aprovação da assembleia municipal e publicação na 2.ª série do Diário da República, da deliberação da assembleia.-----

-----Em anexo:-----

00 - Relatório da consulta pública-----

01 - Relatório de Fundamentação-----

-----À consideração superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/84/2025, aprovar a 1ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha – Alteração Simplificada (aprovação do relatório da consulta pública e aprovação da versão final), nos termos do nº 3 do artigo 123º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo DL nº 80/2015, de 14 de Maio, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO:** Proposta de nomeação do **auditor externo responsável pela certificação legal de contas dos anos de 2025 a 2027**, nos termos do nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.-----

-----Presente a informação técnica INF/84/2025, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal de Arganil deliberou aprovar, na Reunião de Câmara de 11 de março de 2025:-----

- Início do procedimento com a realização de consulta pública, com a duração de 20 dias úteis;-----

- A publicitação do ato, publicação na 2.ª série do Diário da República, na comunicação social e na página da internet da Câmara Municipal de Arganil, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT.-----

-----Esta alteração simplificada incide sobre o Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha e tem por objetivo promover promove a possibilidade



Assembleia Municipal

das portarias e/ou anexos possam localizar-se no exterior do polígono de máxima implantação, afeto à edificação principal, sem alterar qualquer outra regra ou parâmetro urbanístico, enquadrando-se na alínea c) do n.º 1 do artigo 123.º o RJIGT.

-----Para efeitos de eficácia, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT, manda publicar a deliberação da Assembleia Municipal que aprova a alteração simplificada, bem como a alteração ao Regulamento.-----

-----A presente alteração simplificada do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no Diário da República.-----

-----Assim, propõe-se que a Câmara Municipal que delibere:-----

- Aprovar o Relatório de Consulta Pública, datado de 11/06/2025;-----

- Aprovar o Relatório de Fundamentação;-----

- A submissão da proposta a aprovação da assembleia municipal e publicação na 2.ª série do Diário da República, da deliberação da assembleia.-----

-----Em anexo:-----

00 - Relatório da consulta pública-----

01 - Relatório de Fundamentação-----

-----À consideração superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/43/2025, nomear a BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, como auditor externo responsável pela certificação legal de contas dos anos de 2025 a 2027, nos termos do n.º 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO: Para conhecimento** - Reprogramação de Empréstimo – Linha BEI PT 2020 – Autarquias.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da reprogramação do empréstimo, da Adenda ao Contrato de Financiamento e do novo Plano de Reembolsos - Reprogramação de Empréstimo – Linha BEI PT 2020 – Autarquias (INF/DAGF SF/60/2025).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Para conhecimento** - Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Abril e 31 de Maio de 2025, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de



Assembleia Municipal

compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).--

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Abril de 2025 e 31 de Maio de 2025, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/111/2025).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2025 a 17/06/2025 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/04/2025 a 31/05/2025.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

